

INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E SETORES DA SOCIEDADE CIVIL: REFLEXÕES SOBRE VIOLÊNCIA ESCOLAR

Jeferson Lavelli¹
Giovani Astolpho²
Maria Cecília Luiz³

RESUMO: Este artigo objetivou averiguar como as diferentes instituições e setores da sociedade civil (Polícia Militar, Ministério Público, Conselho Tutelar, Secretarias de Educação, OAB) discutem, publicamente, sobre a violência no ambiente escolar e que propostas oferecem para coibi-la. O evento motivador dessa investigação foi a realização de uma audiência pública, requerida por um vereador de uma cidade do interior do estado de São Paulo. Em função de episódios de violência ocorridos em uma escola pública estadual cabia à instituição promover um debate sobre o tema. O artigo pretende abordar alguns caminhos teóricos para a definição do que viria a ser a violência simbólica. Com os relatos das diferentes personalidades da sociedade civil que participaram da audiência pública e com a reflexão teórico-crítica de discursos – o que cada instituição ou entidade da sociedade civil entende por violência escolar e quais propostas formulam para debatê-la – realizamos uma pesquisa exploratória com duas categorias de análise: o que se entende por violência na escola e as propostas de como resolver essa questão por meio de ações efetivas, partindo das realidades sociais dos sujeitos da sociedade civil que se propõem a opinar sobre a temática.

Palavras-chave: Violência escolar; audiência pública; sociedade civil.

PUBLIC INSTITUTIONS AND SECTORS OF CIVIL SOCIETY: REFLEXION ON SCHOOL VIOLENCE

ABSTRACT: This article aims to investigate how the different institutions and sectors of civil society (Military Police, Public Ministry, Tutelary Council, Secretariats of Education, OAB – Brazilian Lawyers Association) publicly discuss violence in the school environment and which proposals they offer to curb it. The motivation to the event for this investigation was the holding of a public hearing, required by a councilor from a city in the interior of the state of São Paulo. Due to episodes of violence occurred in a state public school, it was up to the institution to promote a debate on the subject. The article intends to address some theoretical paths for the definition of what we can understand as school violence. With the reports of the different personalities of civil society participated in the public hearing and with the theoretical and critical reflection of the speeches – which every civil society institution or entity meant by school violence and which they formulate proposals for debate-we conduct an exploratory research with two categories of analysis: what is

¹ Graduando em Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Federal de São Carlos – UFSCar. E-mail: jefflavelli@gmail.com

² Graduando em Licenciatura em Pedagogia pela UFSCar. Membro do Conselho Tutelar de São Carlos. E-mail: giovaniastolpho@gmail.com

³ Professora Associada do Departamento de Educação DEd/UFSCar. Professora credenciada do Programa de Pós-Graduação em Educação PPGE/UFSCar e-mail: cecilia Luiz@ufscar.br

meant by violence in school and proposals for how to resolve this issue through effective actions, starting from the social realities of the subject of civil society they propose to give an opinion on the subject.

Keywords: School violence; public hearing; civil society.

Introdução

Este artigo buscou averiguar como diferentes instituições e setores da sociedade civil (Polícia Militar, Ministério Público, Conselho Tutelar, Secretarias de Educação, OAB) discutem, publicamente, sobre a violência no ambiente escolar e que propostas oferecem para coibi-la. O evento motivador dessa investigação foi a realização de uma audiência pública, requerida por um vereador de uma cidade do interior do estado de São Paulo. No requerimento submetido à câmara de vereadores, o legislador destacou que, em função de episódios de violências ocorridos em uma escola pública estadual – um professor foi ameaçado, efetivamente agredido e teve seu veículo depredado por um ex-aluno⁴ – cabia à instituição promover um debate sobre o tema.

No documento, o vereador ao expor os motivos para a realização da audiência, destacou nesta ordem: o papel do legislativo como auxiliar do executivo municipal, o incremento das agressões a professores da rede pública no Estado e no município, o adoecimento do corpo docente como consequência dessa violência (ocasionando afastamentos, remanejamentos, absenteísmo), a inexistência de uma legislação específica que tipifique como “crime” determinados atos de violência cometidos dentro da escola (o que conduziria o agressor diretamente a outra instituição, a justiça, evitando o debate) e, por fim, a necessidade de revelar à comunidade a real situação das escolas públicas do município em questão.

Como recurso, as audiências públicas funcionam como

um instrumento de participação popular, garantido pela Constituição Federal de 1988 e regulado por Leis Federais, constituições estaduais e leis orgânicas municipais. É um espaço onde os poderes Executivo e Legislativo ou o Ministério Público podem expor um tema e debater com a população sobre a formulação de uma política pública, a elaboração de um projeto de Lei ou a realização de empreendimentos que podem gerar impactos à cidade, à vida das pessoas e ao meio ambiente. (...) Geralmente, a Audiência é uma reunião com duração de um período (manhã, tarde ou noite), coordenada pelo órgão competente ou em conjunto com entidades da sociedade civil que a demandaram. Nela, apresenta-se um tema e a palavra então é dada aos cidadãos presentes para que se manifestem (<http://www.cmmacae.rj.gov.br/conheca-o-processo-legislativo/>).

A audiência em questão ocorreu na Câmara Municipal de um município do interior de São Paulo no mês de outubro de 2017 e encontra-se publicizada nas redes sociais. Para

⁴<https://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/video-mostra-aluno-agredindo-professor-e-depredando-carro-em-sao-carlos-sp.ghtml>

o evento, aprovado pela assembleia, requereu-se a presença do prefeito, de três secretários municipais (Secretarias de Governo, Infância e Juventude e Educação), do comandante (ou seu representante) da GCM (Guarda Civil Municipal), da dirigente regional de ensino (citada nominalmente), dos conselhos municipais (Conselho Municipal de Educação e Conselho Municipal da Criança e do Adolescente), do CPP (Centro do Professorado Paulista), da APEOESP (Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo), de um deputado federal (membro da Comissão de Educação da Câmara Federal e eleito pela cidade), do promotor da Infância e Juventude do MPE - Ministério Público Estadual (citado nominalmente), do comando da Polícia Militar no município, do presidente da subseção da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), de um representante do sindicato dos docentes de uma universidade pública e das associações de pais e mestres das escolas estaduais da cidade. Destaque-se que nem todos os convidados compareceram ou enviaram representantes.

O eixo desta investigação é compreender, por meio dos discursos proferidos, o que cada instituição ou entidade da sociedade civil entende por violência escolar e quais propostas formulam para debater sobre a temática. Escolheram-se, portanto, duas categorias de análise: o que se entende por violência na escola e como resolver essa questão por meio de ações efetivas.

É importante a reflexão trazida neste artigo, tendo-se em vista que é necessário conhecer o posicionamento e as propostas de cada grupo envolvido na extensa rede que constitui o sistema educacional, que não se limita a professores, alunos, gestores, técnicos, pedagogos, mas agrega instituições outras, já que a escola não se separa da sociedade em que opera e reproduz, autoriza e naturaliza valores, crenças, preconceitos e ideários.

Violência Escolar: caminhos teóricos

Podemos dividir as pesquisas sobre a violência escolar em dois períodos, o primeiro período compreende os anos de 1970 a 1980, em que as pesquisas sobre violência escolar são escassas. No contexto da França, os primeiros registros sobre violência escolar datam de 1975, embora a temática tenha sido abordada ainda no século XI, como afirmam Debarbieux (2001) e Dubet (2003).

Entre as décadas de 1970 e 1980, as escolas iniciam um processo em que começam a se proteger do exterior – considerado um local violento – neste contexto são erguidos muros e câmeras de segurança passam a ser instaladas nas instituições de ensino com o intuito de impedir a violência.

Neste contexto, na década de 1990, estudos são realizados, dando mais ênfase à temática e se expandindo para diversas áreas de conhecimento, tais como a sociologia, a psicologia e a criminologia (DUBET, 1994, 2003; DEBARBIEUX, 2001, 2007; DEBARBIEUX; BLAYA 2002a, 2002b).

Destaca-se também a distinção que Charlot (2002) estabeleceu ao distribuir as manifestações de violência no ambiente escolar em três categorias: violência na; da; e, à escola.

Primeiramente Charlot (2002) define a *violência na escola* como sendo aquela que se produz no cotidiano da escola, porém não está diretamente relacionada às atividades da instituição. A escola passa a ser apenas o lugar da violência, mas esta situação poderia ter ocorrido em qualquer outro ambiente. A reflexão sobre a violência na escola é importante, ao nos questionarmos porque o ambiente escolar não está mais blindado dos ataques e situações externos ao ambiente de aprendizagem e pedagógico.

A violência *da* escola ocorre de forma hierárquica, isto é, do subordinante ao subordinado. Esse tipo de violência não faz uso direto de contato físico e as vezes nem verbal entre os sujeitos, trata-se mais de uma violência simbólica, na qual há o disciplinamento do corpo físico e intelectual dos sujeitos. Esta forma de violência é encontrada em práticas cotidianas em que gestores e/ou docentes não consideram as particularidades dos sujeitos, apenas exercem as relações de poder de cima para baixo. Pode ser vista quando a casos de discriminações, preconceitos, em que há pouca justiça social e democracia.

A *violência à escola* está ligada à atos ou atividades que competem à instituição escolar, são violências que visam diretamente atacar de alguma forma a instituição escolar ou aqueles que a representam (professores, equipe gestora, funcionários). A violência contra a escola, seja uma violência ao patrimônio (físico) ou às pessoas que trabalham no ambiente escolar, deve estar relacionada conjuntamente com a violência da escola, violência esta que pode ser definida como institucional, simbólica, que segundo Charlot (2002) “os próprios jovens suportam através da maneira como a instituição e seus agentes os tratam”. (CHARLOT, 2002, p. 435)

É difícil definir os culpados e mais afetados pela violência que ocorre nas instituições escolares, devemos ter em mente que mesmo que os jovens sejam – segundo acredita-se – os principais autores de violência, eles não são os únicos a praticá-las. Também é interessante destacar que os que sofrem de forma mais latente com a violência, também são os jovens, que são fragilizados de muitos pontos de vista, até mesmo abordando as violências sociais.

No contexto do Brasil, Spósito (2001) afirma que a temática da violência passou a ser mais presentes nos estudos brasileiros a partir da década de 1980. Spósito (2001) relata que no cenário público a discussão sobre o campo da violência acontece por três motivos: o primeiro é uma maior atenção aos problemas referentes às populações das periferias de grandes cidades, o segundo é a luta pela democratização das instituições oficiais e o terceiro é a disseminação e diversificação da violência no âmbito da sociedade civil.

Nas primeiras pesquisas sobre violência escolar no Brasil, no início da década de 1980, percebe-se que a violência nas escolas era representada nas depredações, furtos e invasões às instituições escolares e os autores destas violências não possuíam vínculo formal com as instituições escolares. Diante deste fato, as providências tomadas pelo governo foram a disponibilização de policiamento nos arredores da escola, a colocação de grades nas janelas e o aumento dos muros e dos portões.

Essas medidas de segurança, que procuravam apartar a escola da comunidade, fracassaram. Já na década de 1990, outros estudos revelaram que a violência intramuros era reflexo da violência presente no cotidiano social de crianças e jovens. Constatou-se que as manifestações violentas se estabelecem por conta de diferentes fatores: insegurança, tráfico de drogas, instabilidade social, falta de perspectiva dos alunos quanto ao futuro, dimensão das escolas, número de alunos por sala e experiências vividas pelo alunado fora da escola. Na década de 2000, a presença de armas, a relação familiar, a (des)organização familiar e a mídia são acrescidas às pesquisas como fatores que potencializam a violência no ambiente escolar.

A quantidade de crimes/delitos nas escolas é baixa, mas a sua divulgação sugere que a escola é um ambiente violento e hostil. A violência é um fenômeno social complexo e deve ser estudada a partir de discursos e práticas de sujeitos que lhes dão suporte, em conjunto com os sistemas simbólicos que lhes atribuem sentido. Por este motivo a relevância deste trabalho encontra-se na possibilidade de análise das falas de diferentes indivíduos da sociedade civil, ou seja, podemos analisar quais sistemas simbólicos emergem

das falas das pessoas que participaram da audiência pública, podendo perceber como eles pensam a violência na sociedade e em específico, a violência escolar.

A problemática da violência, seja aquela em que o jovem é vítima, seja aquela em que é protagonista, vem provocando perplexidade e preocupação no meio escolar, vide a mobilização para que fosse realizada uma audiência pública para tratar do assunto, tendo em vista que um professor foi agredido. Em geral, violência é conceituada como um ato de brutalidade, física e/ou psíquica contra alguém e caracteriza relações interpessoais descritas como de opressão, intimidação, medo e terror.

Segundo Tavares dos Santos (2004), a violência não se reduz apenas ao plano físico, podendo se manifestar também por signos, preconceitos, metáforas, desenhos, isto é, por qualquer coisa que possa ser interpretada como aviso de ameaça, o que ficou conhecido como violência simbólica. Sabendo-se que existem diferentes maneiras de expressão dos discursos sobre a violência, este artigo busca promover uma análise destes discursos e das formas e alternativas que diferentes pessoas da sociedade civil consideram como maneira certa de agir em relação à violência escolar.

No que se refere a escola, é importante destacar que a violência escolar também incorpora diferentes perspectivas, dentre elas: a violência explícita, podendo ser definida como agressão entre indivíduos, e a violência simbólica que se manifesta por meio de regras, hábitos culturais e normas de uma sociedade que já é essencialmente desigual. Podemos pensar que no caso abordado neste estudo, a violência explícita e física foi a motivação inicial para a abordagem do assunto da violência.

Conforme a definição de Bourdieu (2010), o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem. Neste contexto, o poder simbólico é um poder que constrói a realidade, e é neste viés que a questão da violência simbólica pode ser tratada dentro do ambiente educacional.

A violência nas escolas, segundo Debarbieux (2002), está associada a três dimensões sócio organizacionais: degradação no ambiente escolar; violência que começa de fora para dentro da escola; e componente interno das instituições, específico de cada uma. Desta forma, podemos afirmar que existem diferentes manifestações de violência no ambiente escolar.

Há certa dificuldade em se adotar apenas uma definição para o que seria a violência escolar. O fato de que a violência pode ser entendida de muitas maneiras, contribui para que seu entendimento fique mais diluído, cada sociedade a define de uma forma, seguindo seus valores, religião, normas, leis, história, tradição entre outros fatores. Segundo Michaud (1989), o termo violência vem do latim, “*violentia*”, que significa violência, caráter bravio. Tais significados estão constantemente relacionados a uma forma de força ou potência, que agride algo ou alguém.

Para Maffesoli (1987), a violência acaba tendo significado conforme as relações sociais, de forma constante, em decorrência de socialização e acordo. Na visão do autor, a violência pode traduzir-se como sendo uma força que encontra seu lugar no dinamismo social. É fruto da instabilidade presente no relacionamento humano. Esta força significa o pluralismo das ideias, ou seja, a heterogeneidade.

Segundo Abramovay (2005):

Apresentar um conceito de violência requer uma certa cautela, isso porque ela é, inegavelmente, algo dinâmico e mutável. Suas representações, suas dimensões e seus significados passam por

adaptações à medida que as sociedades se transformam. A dependência do momento histórico, da localidade, do contexto cultural e de uma série de outros fatores lhe atribui um caráter de dinamismo próprio dos fenômenos sociais (ABRAMOWAY, 2005, p. 53).

Assim, dependendo do país há diferentes nuances e formas de definir-se o que é violência escolar, bem como no grau de atenção que se dará aos diferentes tipos de violência.

Estudos brasileiros sobre o tema, iniciados a partir dos anos de 1990 associam a definição de “violência escolar” com agressões contra o patrimônio e contra a pessoa (alunos, professores, funcionários etc.). Porém, como afirma Abramovay e Avancini (2000), a definição de violência pode se diferenciar de acordo com a idade, o sexo e o status social de quem se está definindo, por exemplo, o professor, o diretor ou o aluno. A seguir, teremos uma visão ampla das falas proferidas na audiência pública que tinha como objetivo versar sobre a violência escolar em uma cidade do interior de São Paulo. É possível enxergar de maneira nítida o que Abramovay e Avancini (2000) defende de que as definições de violência se diferenciam de acordo com quem está falando, ou seja, com o status social do sujeito que analisa a questão da violência escolar.

Os relatos proferidos na Audiência Pública

Esta pesquisa caracterizou-se como qualitativa que, segundo MINAYO (2008), permite uma mediação entre o marco teórico-metodológico e a realidade empírica. Para analisar os relatos proferidos na audiência pública, optamos por trabalhar com a perspectiva metodológica da análise do discurso. Em função do curto espaço deste artigo, procedemos a uma síntese do discurso que cada convidado proferiu. A disposição dessas sínteses obedece à sequência em que os debatedores apresentaram suas falas.

O primeiro representante a falar na Audiência Pública foi o Dirigente Regional de Ensino, que estava representando a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo. Em sua fala foram destacadas as ações realizadas no município para promover a cidadania e a inserção do sujeito na escola. Também são citados na fala do Dirigente projetos como “Escola da Família”, “Cidadania e Justiça na escola” (em parceria com OAB e MPE), “Escola da Paz” (em parceria com a Vara da Família) e PROERD (Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência, em parceria com a Polícia Militar). Outro ponto abordado foi o incentivo à criação dos grêmios estudantis e à participação dos alunos e da comunidade nos conselhos de classe a fim de “fortalecer a gestão democrática”. O Dirigente também reconhece a falta de funcionários de apoio (segundo citado pelo mesmo, 40% das escolas teriam déficit de funcionários), o absenteísmo dos professores (as aulas são todas atribuídas no início do ano letivo, porém licenças, afastamentos, faltas injustificadas tiram professor da sala de aula), o fechamento de salas de leitura e a diminuição, por determinação da secretaria, do número de professores-mediadores (função acumulada pelo vice-diretor) foram destacados como elementos que dificultam o des controle de situações de violência no ambiente escolar.

O Dirigente também defendeu que a escola não pode ultrapassar suas funções, devendo obedecer estritamente às regras estabelecidas pelo regimento escolar e às normas de atuação e convivência referendadas pela Constituição Federal, pelo ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente – e pela LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

Afirmando também a necessidade de distinguir, na escola, o que é ato de indisciplina e o que é ato infracional e encaminhar infratores para outras instituições. Por fim, o Dirigente conclui seu discurso fazendo dois pedidos à Audiência Pública: incluir as escolas estaduais no plano de trabalho da GCM (Guarda Civil Municipal), afinal, segundo o Dirigente “a violência vem de fora pra dentro também”, e restaurar os centros de juventude nas periferias.

A segunda pessoa a falar na audiência foi o Secretário de Governo do município, ele começa sua fala afirmando que é preciso atender todas as escolas do município, sejam municipais ou estaduais, porém, em função da falta de profissionais e da limitação de meios (veículos, armamento, dispositivos de segurança pessoal), priorizam-se as escolas localizadas em bairros vulneráveis. Aparelhar a GCM é necessário, já que “(...) você não consegue combater a violência só com conversa. (...) Hoje a distorção de valores é tão grande na sociedade que você tem de impor a força de certa maneira”. Para o Secretário de Governo, os maiores problemas da rede municipal, são as ocorrências internas que perturbam a tranquilidade do ambiente escolar, porém ele não citou quais situações e os danos ao patrimônio (roubos, furtos e depredações). Para concluir sua fala o Secretário de Governo sugere como proposta aumentar o efetivo da corporação, adquirir viaturas e câmeras de vigilância, fiscalizar bares e ambulantes (particularmente os localizados nas imediações das unidades escolares) e realizar buscas dentro das escolas.

Em seguida o Comandante da Guarda Civil municipal pede a palavra e reitera o discurso do Secretário de Governo, reivindicando investimento na corporação (contratar profissionais, comprar veículos e armamento) e implementação de sistemas de vigilância integrados (câmeras, alarmes).

Dando continuidade à audiência o representante do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP) pede a palavra e inicia seu discurso esclarecendo que traz a visão do sindicato e de “quem de fato está na sala de aula”. Vale-se, em sua argumentação, de dados obtidos por meio de uma pesquisa encomendada pela instituição que em 2017: 51% dos profissionais da educação declararam-se vítimas de algum tipo de violência (aumento de 44% em relação de pesquisa anterior realizada entre 2013-2014) e 39% dos estudantes dizem ter sofrido algum tipo de violência na escola (23% a mais que na pesquisa anterior). Destaca ainda o fato de que parte considerável dos educadores é incentivada a não revelar/denunciar casos de violência na escola, omitindo, dessa forma, a violência que ocorre nos aparelhos públicos. Embora afirme que não procura culpabilizar qualquer instituição ou grupo, seu discurso funciona como um contraponto ao da Dirigente de Ensino, pois destaca o desmonte de projetos e programas: diminuição do número de professores-mediadores e extinção das salas de leitura. Afirma:

A escola virou um caldeirão que pode explodir a qualquer momento. (...) A situação que nós temos hoje é uma situação de caos nas escolas públicas do estado de São Paulo, que, infelizmente, só pode melhorar se o governo, no mínimo, voltar o pouco de estrutura que nos últimos dois anos ele vem tirando (...). Não queremos repressão... uma guerra com os estudantes... queremos inclusão de qualidade (Representante da APEOESP).

Também foi ouvido o comandante da Polícia Militar (PM) do município, em sua fala foi destacada a importância das parcerias, do trabalho em conjunto. Também foi citada

uma situação específica em que normalmente, um grupo definido realiza atos de vandalismo e promove ameaças na escola. Se conduzidos à Fundação Casa, os eventos cessam. Isso se faz se houver “apoio” da justiça. Além de mencionar o Programa Educacional de Resistência às Drogas (PROERD) e chama a atenção para um projeto, em parceria com a justiça, desenvolvido em duas outras cidades paulistas. Trata-se de um projeto de responsabilização de pais: ao aplicar medidas punitivas a um menor infrator, o juiz pode obrigar os pais a frequentarem um curso que os orienta, ministrado por voluntários especialistas. Reforça a necessidade de instituir uma prevenção “primária”: promover melhorias nos bairros (iluminação pública, asfalto, centros comunitários), fiscalizar a ação de bares nas proximidades de escolas.

A fala do representante da OAB foi breve, foram destacados os objetivos do projeto “OAB vai à escola”, que atende as escolas estaduais, que são eles: levar o conhecimento da Constituição Federal, das legislações específicas para que se construa a cidadania. Em seguida, ocorreu o discurso do representante do Conselho Tutelar que inicia sua fala dizendo que ao Conselho cabe intervir neste caso orientando alguns procedimentos relacionados ao jovem. Também é ressaltada a importância de criar programas de prevenção à violência que envolvam, na sua concepção ou execução, diferentes setores da sociedade (secretarias de educação e saúde, justiça, universidades, serviço social).

O diretor do Centro do Professorado Paulista (CPP) também pede a palavra, ressaltando que ele também é vereador do município, em sua fala ele discorre a respeito de diferentes situações, de natureza variada (sociais, políticas, comportamentais, institucionais), que estimulam a manifestação de atos de violência escolar: o desconhecimento, por parte de gestores e professores, do “entorno” da escola, as novas formas de relacionamento interpessoais mediadas pela tecnologia da informação, a sensação de não pertencimento à escola, a rigidez dos regimentos escolares, a burocratização. Relata experiências exitosas em Porto Alegre e Belo Horizonte. Esclarece que não se deve vincular periferia/pobreza à violência, pois as causas são outras. E por fim, sugere que se faça um mapeamento da violência escolar no município a fim de orientar as ações conjuntas das diferentes instituições.

Mais ao final da sessão o secretário da APEOESP inicia sua fala, definindo “violência” como

(...) agressividade de forma intencional para ameaçar ou cometer ato que resulte em acidente, morte ou trauma psicológico. Quando se trata de direitos humanos, a violência abrange todos os atos de violação dos direitos civis: liberdade, privacidade (Secretário da APEOESP).

Também defende que a corrupção institucionalizada e os projetos que cerceiam a liberdade de expressão do professor, como o programa “Escola sem Partido”, também são atos de violência. As causas do fenômeno são, segundo ele, variadas, mas destaca as pedagógico-administrativas: aprovação automática, burocratização do trabalho docente, número excessivo de alunos em sala de aula, número de dias letivos, falta de investimento em novas tecnologias.

Foram ouvidos durante a sessão dois vereadores. O primeiro vereador, também é professor na rede estadual (Secretaria de Educação do Governo do Estado de São Paulo) e começa a sua fala lamentando a descontinuidade de projetos eficientes que poderiam transformar-se em programas efetivos e estendidos a toda a rede. Em sua concepção,

faltam políticas públicas de combate à violência escolar. Responsabiliza o governo do estado pela situação atual.

Em contrapartida, o segundo vereador, médico de formação, inicia sua fala perguntando qual seria a matriz da violência. Responde afirmando que a matriz é a “negligência materna”. Como não deseja se alongar, diz que, como homem público, pouco pode fazer para reverter a situação de vulnerabilidade e violência. Sugere destinar verba parlamentar para a compra de câmeras e assim monitorar, vigiar os espaços escolares, e afirma: “Que as pessoas entendam que estão sendo observadas”.

As duas últimas falas da audiência pública foram de dois professores. O primeiro, do Departamento de Educação da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar. E o segundo de um docente da rede estadual de ensino. O docente universitário observa a relevância de todos os discursos e destaca o fato de os debatedores terem falado do lugar social/profissional em que se encontram oferecendo visões singulares, e consistentes do fenômeno. Sugere a criação de uma comissão permanente que envolva várias instituições e setores para que se planejem ações de longo prazo, pois ações imediatas não resolvem o problema. Segundo ele, quando as instituições se mobilizam, o cidadão acredita nas ações propostas e engaja-se. Atenta para a importância do conflito, que é parte fundamental do processo de construção de uma sociedade verdadeiramente democrática. Por fim, o docente da rede estadual de ensino lamenta a precarização da educação pública, seja por conta das deficiências materiais, seja por questões estruturais – burocratização, preocupação com exames como SARESP ou Prova Brasil, judicialização. Destaca a dificuldade que tem o professor de lidar, sozinho, com situações de violência em sala de aula, já que cabe a ele enfrentar tais ocorrências, muitas vezes, sem meios ou outros profissionais de apoio. Responsabiliza o governo estadual pela situação das escolas estaduais.

Algumas perspectivas do que foi manifestado

Nas sociedades contemporâneas, a violência escolar resulta de uma série de transformações (econômicas, políticas e sociais) - desemprego estrutural, cancelamento dos valores tradicionais, enfraquecimento de instituições (família, escola, igreja), individualismo exacerbado, fortalecimento do crime organizado - e se traduz em atos, discursos e gestos marcados pelo “excesso”, que ou se traduz na intensidade desnecessária da força – e dos meios para realizá-la – ou na violação dos direitos estabelecidos pelas leis e tradições sociais. (SALLES, FONSECA e ADAM, 2016)

Dentre os debatedores, um único construiu seu discurso a partir de uma definição possível para violência. O secretário da APEOESP destacou, em sua definição, a agressividade e o desrespeito aos direitos humanos. CHARLOT (2002), além de tipificar as violências no ambiente escolar (violência da/na/à escola), distingue agressão, agressividade e violência:

A agressividade é uma disposição biopsíquica reacional: a frustração (inevitável quando não podemos viver sob o princípio único do prazer) leva à angústia e à agressividade. A agressão é um ato que implica uma brutalidade física ou verbal (*agredire* é aproximar-se, abordar alguém, atacá-lo). A violência remete a uma característica desse ato, enfatiza o uso da força, do poder, da dominação. De certo modo, toda agressão é

violência na medida em que usa a força. Mas parece pertinente distinguir a agressão que utiliza a força de maneira apenas instrumental, até mesmo que se limita a uma simples ameaça (como a extorsão para apossar-se, por exemplo, de tênis, bonés, ou outro qualquer pertence pessoal de alguém: se a vítima não resiste, não é ferida) e a agressão violenta, na qual a força é utilizada muito além do que é exigido pelo resultado, com uma espécie de prazer de causar mal, de destruir, de humilhar (CHARLOT, 2002, p. 435-436).

Em boa parte dos discursos, os conflitos conduzem à violência, portanto devem ser suprimidos. Para alguns debatedores, a supressão dar-se-á por meio da vigilância e do controle (câmeras, alarmes, reforço do policiamento), para outros, por meio de programas que reforcem o conceito de cidadania e de pertencimento à comunidade escolar. Excetuando-se a fala da professora universitária, parece haver um consenso: conflitos desencadeiam atos violentos. Contudo, para CHARLOT (2002),

É uma ilusão crer que se possa fazer desaparecer a agressividade e, como consequência, o conflito. Aliás, seria isso desejável, levando-se em conta que a agressividade sublimada é a fonte de condutas socialmente valorizadas (no esporte, na arte, nas diversas formas de concorrência) e se o conflito é o motor da História, como pensava Hegel? A questão é saber quais são as formas de expressão legítimas ou aceitáveis da agressividade e do conflito (...). Concretamente (...) o problema não é fazer desaparecer da escola a agressividade e o conflito, mas regulá-los pela palavra e não pela violência – ficando bem entendido que a violência será bem mais provável, na medida em que a palavra se tronar impossível (CHARLOT, 2002, p. 436).

Notória a ausência do discurso dos estudantes que, ora vítimas ora autores da violência, são parte fundamental do fenômeno. Dos debatedores, apenas a professora da escola pública reconheceu a necessidade de estabelecer um diálogo com os estudantes, reconhecendo que não apenas professores, mas toda a comunidade escolar deve envolver-se num processo de combate efetivo à violência – coordenação, direção, diretoria, secretarias de educação, funcionários.

Embora o neguem, os discursos, em sua maioria, constroem-se em torno da busca de um “responsável”, ou “culpado”, pela violência, e, geralmente, reconhece-se a omissão do Estado, e das instituições a ele ligadas, como promotores de toda sorte de violências. Há ainda, em alguns discursos, uma orientação determinista, que fatalmente condena determinadas populações ao convívio com a violência, seja por conta de fatores econômico-sociais, seja por fatores institucionais. DEBARBIEUX (2002b), amparado em pesquisa, afirma que

as causas da violência são múltiplas, complexas, densas, mas não fatais. Ela [a pesquisa] mostra a importância da mobilização nessa área, e também a necessidade de um Estado que seja capaz de implementar o desejo político de neutralizar a desigualdade. Não é politicamente correto, nem teria fundamento, considerar o problema em termos de um populismo maniqueísta, que afirma que as deficiências do Estado são

responsáveis pela violência na escola (e que, na verdade, condena toda essa área à impotência), ou de um transcendentalismo repressivo, que tem como objetivo a simples remoção dos elementos indesejáveis. As pesquisas na área demonstram que a violência nas escolas deve ser analisada macro e microssociologicamente, enfatizando que suas causas são tanto exógenas - relacionadas ao bairro, ao sistema econômico, a falhas familiares ou das políticas públicas - quanto endógenas - associadas a graus de organização ou de desorganização local, nos quais os atores não são apenas agentes impotentes, manipulados por forças políticas externas, nem tampouco populações que, em si mesmas, representam um perigo (DEBARBIEUX, 2002b, p. 74).

Nota-se a preocupação que diferentes grupos ali representados têm em expor práticas ou projetos efetivamente implementados na tentativa de contribuir para mitigar a violência. Se a execução não foi plena ou não se efetivou de fato, destacam a ausência de contrapartida de uma instituição ou grupo parceiro. Dessa forma, eximem-se de qualquer responsabilidade pela violência que tem lugar nas escolas, pois outros impediram o sucesso da empreitada.

Os debatedores ligados profissionalmente à escola reconheceram, a menos em parte, a própria estrutura escolar como fator determinante para a manifestação de atos violentos na escola. Destacaram a quantidade excessiva de alunos em sala de aula, a importância dada às avaliações institucionais pelo governo do Estado (o que, segundo, eles, impede o professor de ir além do cumprimento mecânico da programação para o exame, engessando a aula e a convivência), a burocratização da atividade docente. DUBET (2003) reconhece a escola como espaço de exclusão: a escola constrói, a despeito do discurso meritocrático e da alegada igualdade de oportunidades numa sociedade democrática, mecanismos de exclusão que segregam os estudantes “malsucedidos”, incapazes, inaptos. Tais alunos percebem o fracasso escolar como um constante ataque à sua dignidade e, não raro, canalizam a frustração por meio da violência. CHARLOT (2002) destaca o quão presente é a “violência da escola”, institucional e simbólica, que se revela, por exemplo, na organização das salas de aula (número de alunos por sala, disposição das carteiras), na distribuição das notas, no discurso autoritário dos professores, nas leituras obrigatórias.

As propostas de intervenção sugeridas, excetuando-se a do representante do CPP, restringiram-se a ações imediatas e pontuais que estariam dentro das atribuições legais de cada instituição ou órgão, tomados isoladamente. As diferentes propostas não se articulavam. O representante do CPP defendeu a articulação entre grupos e instituições e propôs um mapeamento da violência como ponto de partida para a definição de ações, além de destacar a importância da participação das universidades em todo o processo de construção de uma “política” de enfrentamento da violência. De maneira geral, prevaleceu o discurso da segurança/proteção do espaço escolar e de seu entorno.

Algumas Considerações

Apesar do curto espaço que representa um artigo, acreditamos que abarcamos algumas discussões das diferentes e complexas questões que foram levantadas na audiência pública, assim, não foi possível analisamos todos os discursos dos cidadãos (representantes de uma instituição pública) ali presentes. Uma coisa é certa, faz necessário ocorrerem mais discussões de forma pública sobre a violência manifestada na escola. Infelizmente, a

premissa que determinou a convocação da audiência – a agressão a um docente – é apenas um sintoma de um fenômeno disseminado na sociedade contemporânea. A violência que permeia as relações humanas é atávica e contribuiu de fato para a sobrevivência e a evolução da espécie. O processo civilizatório sublimou/transformou/transfigurou essa violência ancestral e fez surgir as competições esportivas, os torneios e a violência tornou-se tema e motivo para as artes (romances, peças teatrais, esculturas). Hoje, porém, como consequência do “insulamento” humano, da precarização do trabalho, do esgarçamento das relações sociais, do consumismo, do ideário neoliberal, o ser humano se tornou agente e paciente de uma violência que se manifesta de diferentes formas, seja real ou simbólica, em diferentes espaços. Tomando como referência o pensamento do filósofo chileno Humberto Maturana, uma sociedade orientada para a competição e a dominação leva-nos ao não-reconhecimento do outro e as ações que negam o outro conduzem à sua opressão, à sua dominação, recorrendo-se, em muitos casos, ao “seu aniquilamento físico como ser vivo”. A educação escolar é, naturalmente, tributária desse modelo destrutivo de relação. (BARCELOS e MADER, 2014, p. 437)

O que se depreende dos discursos é a ausência de uma visão integrada e cooperativa do problema da violência, pois cada instituição/órgão, representados pelos debatedores, optou por uma solução imediatista ancorada na ideia de garantir a segurança dos que estão na escola (por meio da vigilância e do controle) e a preservação do patrimônio. Insistiu-se com frequência na vinculação dessas “soluções” ao financiamento público (seja por parte do município, do Estado ou da União). Embora muitos tenham se declarado professores, faltaram propostas de intervenção didático-pedagógica. A própria escola, seja por meio dos componentes curriculares - artes (teatro, música, poesia, cinema), literatura, sociologia, filosofia - , seja por uma gestão de fato democrática da escola (estabelecer um diálogo efetivo entre grupos, discutir o regimento e construí-lo com a comunidade escolar, convocar assembleias, conhecer a comunidade e integrar-se a ela, abrir-se à cooperação).

Trata-se, como lembraram o docente universitário e o da rede estadual de ensino, muito provavelmente por estarem inseridas no complexo processo educativo e saberem das relações sociais que são estabelecidas no ambiente escolar, de construir um diálogo permanente e multi-institucional, que busque soluções em longo prazo, sem abrir mão do conflito. Fica sugerida a constituição de uma comissão permanente, multidisciplinar, apartidária que se envolva efetivamente na discussão da violência como fenômeno e conceba propostas, projetos embasados numa “política” de combate às violências, que devem ser mapeadas, contabilizadas e tipificadas, ouvindo-se agressores e vítimas.

É possível perceber nas falas da audiência pública, tanto a falta de uma visão cooperativa quanto o conhecimento do referencial teórico-científico a respeito da violência no ambiente escolar.

Referências

ABRAMOVAY, M.(Coord). *Cotidiano das escolas: entre violências*. Brasília: Unesco, 2005.

ABRAMOVAY, M., & AVANCINI, M. F. *A violência e a escola: O caso Brasil*, 2000. Disponível em: <<http://www.ucb.br/observatorio/pdf/A%20Viol%EAncia%20e%20a%20Escola.pdf>> Acesso em: 13 novembro 2017.

- BARCELOS, V. e MADERS, S. Filosofia e educação: uma conversa com Humberto Maturana. In: MARTINS, Marcos F. e PEREIRA, A. dos Reis (org.). *Filosofia e educação – ensaios sobre autores clássicos*. São Carlos: EdUfscar, 2014.
- BOURDIEU, P. *O Poder simbólico*. Tradução Fernando Tomaz. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.
- CHARLOT, Bernard. “A violência na escola: como os sociólogos franceses abordam essa questão”. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 4, n° 8, julho/dezembro de 2002, p. 432-443.
- DEBARBIEUX, E. A violência na escola francesa: 30 anos de construção social do objeto (1967-1997). *Revista Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.27, n.1, p. 163-193, jan./jun. 2001.
- DEBARBIEUX, E. e BLAYA, C. *Violência nas escolas e políticas públicas*. Brasília: UNESCO, 2002a.
- _____. “Violência nas escolas”: divergência sobre palavras e um desafio político. In: DEBARBIEUX, E. e BLAYA, C. *Violência nas escolas e políticas públicas*. Brasília: UNESCO, 2002b.
- _____. *A violência na escola: um desafio mundial?* Lisboa: Instituto Piaget, 2007.
- DUBET, F. *Sociologia da experiência*. Trad. Fernando Tomaz. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.
- DUBET, François. A escola e a exclusão. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n° 119, junho de 2003, p. 29-45.
- MAFFESOLI, M. *A conquista do presente*. Rio de Janeiro: Rocco, 1984.
- MICHAUD, Y. *A violência*. São Paulo: Ática, 1989. 119p.
- MINAYO, M. C. S. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 2008.
- SALLES, L.; FONSECA, D.; ADAM, J. “Sobre violência e violência na escola: considerações a partir da literatura na área”. In: LUIZ, Maria C. (org.). *Conselho escolar e o desafio da violência na escola: perspectivas de diálogo e convivência*. São Carlos: EdUFSCar, 2016.
- SPOSITO, M.P. *Um breve balanço da pesquisa sobre violência escolar no Brasil*. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.27, n.1, p. 87-103, jan./jun. 2001
- TAVARES DOS SANTOS, J. V. *A violência como dispositivo de excesso de poder*. In: Revista Sociedade & Estado. Brasília, UnB, v. 10, n. 2, julho-dezembro 1995, p. 281-298.
- YOUTUBE. *Audiência Pública Violência nas Escolas Públicas Estaduais*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=0zgu5EQUIYY>. Acesso em Dez/2017